

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**Historiografia da agricultura no Brasil Colonial:
Santa Catarina em perspectiva**

André Fernandes dos Passos

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

Historiografia da agricultura no Brasil Colonial: Santa Catarina em perspectiva

André Fernandes dos Passos¹

Resumo: Esta comunicação tem dois objetivos principais. Primeiro, entender como o comércio dos produtos agrícolas coloniais foi visto pela historiografia, com ênfase sobre os processos produtivos e distributivos das mercadorias encontradas no interior da colônia. Feito isso, procura-se compreender o lugar dado por essa historiografia a agricultura que se praticava na região de Santa Catarina.

Palavras chaves: Agricultura; Brasil Colonial; Escravidão; Historiografia; Santa Catarina.

Historiography of agriculture in Colonial Brazil: Santa Catarina in perspective

Abstract: This communication has two main objectives. First, understanding how the trading of colonial agricultural products was perceived by historiography, with emphasis over the productive and distributive processes of the goods found in the interior of the colony. After, we seek to comprehend the place given by this historiography to this agriculture made in the region of Santa Catarina.

Key words: Agriculture; Colonial Brazil; Slavery; Historiography; Santa Catarina.

HISTORIOGRAFIA DA AGRICULTURA NO BRASIL COLONIAL

Talvez o estudo que inaugure as interpretações do passado colonial brasileiro como parte de um empreendimento econômico seja a obra de Roberto Simonsen, escrita em primeira edição no ano de 1937, denominada *História do Brasil Colonial*. Sua obra foi de grande relevância para os estudos posteriores. A noção que trouxe de uma economia colonial baseada em "ciclos de produtos-reis" (pau-brasil, açúcar, ouro, café), destinados à exportação, limitou em um primeiro instante a compreensão da agricultura colonial ao enfoque sobre a produção e circulação de mercadorias centrais ao funcionamento da

¹ Mestrando pela Universidade Federal de Santa Catarina.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

economia agroexportadora. No entanto, a noção dos ciclos, abriu caminho, posteriormente, para o estudo de complexos regionais agroexportadores interconectados à dinâmica da economia mundial. (Simonsen, 1978)

Quatro anos depois da publicação de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior aprofundou sua análise. A noção de "ciclo" foi vista não mais como simples esgotamento do processo produtivo regional, mas como parte de um movimento que se olhado em diacronia, revelava algo mais profundo, que era o próprio "sentido da colonização".²

Dentro da lógica do "sentido da colonização", Prado Júnior afirmou que durante a conquista do litoral brasileiro, a Coroa portuguesa colocou em funcionamento uma nova organização da produção que funcionou voltada à economia de mercado do Atlântico. As unidades de produção passavam a se caracterizar por uma sociedade agrária mais sólida e por grandes unidades produtoras compostas pelo trabalho escravo. (Prado Júnior, 1972, primeira edição 1942, pp. 19-32)

A reorganização da produção colonial, voltada ao mercado externo em grandes plantações compostas por trabalho escravo, fazia parte de um complexo produtivo que articulava dois tipos de complexos agrários interconectados no interior da colônia e que possuíam características bem peculiares. No primeiro, caracterizado como “colônia de exploração”, a Coroa portuguesa organizou um complexo agrário produtivo destinado exclusivamente ao mercado europeu, onde funcionavam as unidades predominantemente monocultoras e escravistas; nas outras, caracterizadas como “colônia de povoamento”, cultivava-se uma produção de alimentos voltada à economia interna para servir ao povoamento do território conquistado. Tais colônias tinham uma produção mais diversificada, onde predominava o trabalho camponês, de mão de obra livre, mais modesto em suas posses materiais. As "colônias de povoamento" foram caracterizadas como sendo secundárias à formação econômica do período colonial, pois desempenhavam uma atividade subsidiária, “destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras”, ou seja, daquelas onde a produção estava voltada ao mercado de exportação do atlântico. (Prado Júnior, 1972, p. 124)

² O “sentido [da colonização] é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro... (...) A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é, aliás, de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial”. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. [1ª ed. 1942]. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 119.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

No esquema teórico montado por Caio Prado Júnior, a economia dessas "colônias de povoamento", localizadas em áreas interioranas e onde se praticava uma agricultura de subsistência, não podiam ser autônomas para desenvolver o seu mercado interno e ampliar as suas unidades produtivas, impulsionando o mercado interno de alimentos e aumentando uma oferta necessária para o consumo e ampliar a produção das grandes plantações. Essas colônias eram dependentes da expansão da agricultura agroexportadora e do capital mercantil metropolitano para ampliarem seus ritmos de produção e integrarem-se com maior intensidade à economia colonial.

Em épocas de expansão da demanda pelos produtos coloniais no mercado mundial, era quando as economias de subsistência, longe dos grandes complexos agroexportadores, tinham a possibilidade de intensificar o seu ritmo de produção, aproveitando-se do *boom* do mercado externo e fornecendo os itens necessários à subsistência alimentar das regiões agroexportadoras, pois estas não paravam a produção do "produto-rei", mais bem cotado, para perderem tempo na produção voltada ao abastecimento da escravaria.³

O economista Celso Furtado, inspirado pelo "paradigma da dependência"⁴, em *Formação Econômica do Brasil*, seguiu adiante com a ênfase na economia agroexportadora, reafirmando a relação de dependência que havia do mercado colonial brasileiro ao capital europeu, ideia presente na obra de Roberto Simonsen e de Caio Prado Júnior. No entanto, Celso Furtado foi mais enfático ao afirmar como a orientação para o mercado externo da economia agrária brasileira, baseada na grande propriedade monocultora e no trabalho escravo, foi prejudicial ao desenvolvimento econômico da região. (Furtado, 2007, primeira edição 1959)

³ Segundo Caio Prado Júnior: "há momentos em que a alta dos preços dos produtos exportáveis estimula de tal forma estes últimos, que os alimentares são completamente abandonados, e até os grandes domínios tem de apelar para fora no que diz respeito ao seu abastecimento. Por estes motivos constituem-se lavouras especializadas, isto é, dedicadas unicamente à produção de gêneros alimentares. (...) constituem-se a par das grandes explorações, culturas próprias e especializadas que se destinam à produção de gêneros alimentares de consumo interno na colônia. (...) Em geral, a sua mão de obra não é constituída por escravos: é o próprio lavrador, modesto e mesquinho, que trabalha. As vezes conta com o auxílio de um ou outro preto, ou mais comumente, de algum índio ou mestiço semi-servil. Ver: PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ibidem, pp. 159-160.

⁴ A "teoria da dependência" procurou entender as raízes do subdesenvolvimento brasileiro associando o modo peculiar como se deu o uso do capital na exploração econômica da região, conectada desde muito tempo com centros dinâmicos de distribuição de capital localizados na Europa. A ampliação dos investimentos europeus na periferia do sistema econômico favorecia no processo de urbanização e formação das indústrias nacionais europeias o que teria levado ao *desenvolvimento do desenvolvimento* na Europa, enquanto isso, nas periferias, ocorria o *inverno*, ou seja, o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, ocasionado pela dominação exercida pelo capital estrangeiro e pela manutenção das hierarquias na geopolítica.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

De acordo com Celso Furtado, a reprodução e ampliação da economia colonial estavam submetidas à importação de mais escravos e mercadorias europeias, o que tornava a expansão das produções locais dependentes da ampliação de uma oferta que vinha de fora. Esse quadro sinalizou para uma relação histórica de dependência do mercado brasileiro ao capital externo. Destarte, não haveria meios de se mudar a *estrutura colonial de produção sui generis*, posto que não houvesse como superar a condição dependente do Brasil ao capital externo, o que deixou a economia brasileira sempre à mercê dessas instituições internacionais provedoras do crédito e de conjunturas favoráveis aos seus produtos no mercado mundial para poderem saldar suas dívidas, uma vez que dificilmente a queda das exportações seria compensada pelo aumento do consumo local dado o caráter escravista das relações de trabalho na colônia.

Celso Furtado pergunta quais possibilidades de crescimento da economia colonial e do seu mercado interno existe dentro dessa lógica. (Furtado, 1959, p. 98)

A solução apresentada foi a de que em épocas de expansão do mercado externo, este passava a absorver níveis cada vez maiores da produção colonial e era quando o mercado interno entrava em franca expansão, dada a abundância de terras no interior da colônia, que possibilitava a rápida expansão das unidades agroexportadoras voltadas ao mercado atlântico ao mesmo tempo em que era possível expandir também as unidades voltadas ao mercado de abastecimento interno, desde, é claro, que tivessem capacidade de ampliar também as forças produtivas nesses estabelecimentos. Era, portanto, nos períodos de alta dos preços dos produtos coloniais no mercado internacional que se apresentava a possibilidade de crescimento do mercado interno.⁵

Fernando Antônio Novais em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, escrito em primeira edição no ano de 1979, aceitou o paradigma do “sentido da colonização” e da “dependência econômica” presente respectivamente em Caio Prado Júnior e Celso Furtado, para analisar os momentos finais do período colonial.

⁵ "A alta rentabilidade do negócio induzia à especialização, sendo perfeitamente explicável - do ponto de vista econômico - que os empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividades secundárias, pelo menos quando eram favoráveis as perspectivas do mercado de açúcar. A própria produção de alimentos para os escravos, nas terras do engenho, tornava-se antieconômica nessas épocas. (...) Pode-se admitir, como ponto pacífico, que a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes, podendo, portanto, atuar como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: [1ª ed. 1959]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 92-93.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Fernando Novais reafirmou o caráter dependente do mercado colonial, característica que estruturava toda a sua economia. Nesse sentido, acentuou que as "colônias de povoamento" ficavam dependentes da expansão do mercado internacional para expandirem suas unidades agrícolas de produção ao mesmo tempo em que as "colônias de exploração" eram também dependentes do aumento da oferta de alimentos para se expandirem. Desse modo, compôs a agricultura colonial como formada por uma integração⁶ de dois complexos agrário-produtivos, um minifundiário, baseado na mão de obra livre, voltado ao mercado interno e outro latifundiário, escravista e voltado ao mercado externo, que integravam colônias de povoamento às colônias de exploração.⁷

Ao tratar da crise do colonialismo escravista em finais do século XVIII, Novais afirmou uma tendência no baixo nível de desenvolvimento do mercado interno colonial dessa economia. A causa maior da fragilidade do mercado estava no alto nível da subsistência das unidades produtoras voltadas ao mercado exportador, pois a classe "senhorial-empresária" tinha sempre que procurar reduzir o custo de manutenção da força de trabalho escravizada e, para isto, "procurava fazer com que os escravos produzissem pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora de exportação", (Novais, 1986, 109-110) para não ficar dependente da oferta de alimentos gerada no mercado interno.

Ciro Flamarión Cardoso formulou algumas críticas a esse modelo de interpretação do passado colonial. Partindo de uma leitura de Marx feita por Eugéne Genovese (1976) e outros marxistas anglo-saxões, criticou como "circulacionistas" os estudos

⁶ De acordo com Alcir Lenharo, integração se refere ao processo de articulação mercantil desenvolvido entre áreas produtoras e um mercado consumidor, viabilizado pelos meios de comunicação existentes entre os dois pólos. LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. [primeira edição, 1979] São Paulo: Símbolo, 1993, p. 22. Acrescenta-se, que esta relação se constitui de ações e reações que marcam esses dois pólos em interação; os resultados dessa interação passam a caracterizar essas sociedades na medida em que se integram.

⁷ Nesse sentido, Fernando Novais afirma que no interior da colônia "em primeiro lugar, no plano [sic, plano] da *produção*, distinguem-se imediatamente dois setores básicos: um, de exportação organizado em grandes unidades, funcionando à base do trabalho escravo, centrado na produção de mercadorias para o consumo europeu, [que] é o setor primordial, que responde à razão mesma da colonização capitalista; outro, subordinado e dependente do primeiro, de subsistência, para atender o consumo local naquilo que se não importa da metrópole, no qual cabe a pequena propriedade e o trabalho independente, que se organiza para permitir o funcionamento do primeiro. A dinâmica do conjunto da economia colonial é definida pelo setor exportador; em certas circunstâncias e áreas determinadas, o setor subsistência pode adquirir certo vulto, como no caso da pecuária, e então se organiza em grandes propriedades, ou noutros casos, incorpora o regime escravista. Mas a dinâmica global depende sempre do influxo externo, o centro dinâmico último é o capitalismo europeu: trata-se de uma *economia*, em todo o sentido do termo *dependente*. O setor principal depende diretamente, o secundário, indiretamente." NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. [primeira edição 1979] São Paulo: HUCITEC, 1986, pp. 106-107.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

empreendidos sob a ótica de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, pois estes estudos miravam, sobretudo, no modo de circulação das mercadorias e na apropriação do valor excedente produzido. As sociedades coloniais inseridas na dinâmica da economia mundial, no entanto, possuíam características internas em relação ao todo que as caracterizavam enquanto coloniais, principalmente em relação ao modo como se produziam as mercadorias nesses locais. Ao propor ampliar o foco sobre as particularidades internas dos modos de produção das colônias, o autor propôs que devesse se levar em consideração o caráter capitalista dessas economias e o não-capitalista da sua produção, percebendo um escravismo interno (sem desconsiderar as unidades camponesas) ligado ao capitalismo mundial, abrindo caminho para estudos de particularidades internas das colônias ligadas a economia mundo capitalista. (Cardoso, 1975)

Na esteira de Ciro Flamarión Cardoso, Jacob Gorender mirou nas particularidades internas dos modos de produção coloniais, analisando o caso das grandes plantações escravistas, modo de produção que julgou dominante no Brasil Colonial. (Gorender, 1985, primeira edição 1978)

Tal modo de produção esteve dotado de certas peculiaridades internas: a) tinha o resultado da sua produção voltado majoritariamente para o mercado externo; b) esteve composto por grandes unidades produtoras; c) tinha o beneficiamento da produção agrícola no interior das plantações e d) existência de uma divisão social do trabalho no interior das unidades produtivas, entre pessoas livres e escravizadas, compostas majoritariamente por estas, características que já estavam mais ou menos presentes na obra de Celso Furtado sobre o funcionamento do escravismo na colônia. (Gorender, 1985, primeira edição 1978, pp. 77-84) Gorender, porém, foi mais enfático neste último ponto. Para além da divisão do trabalho entre livres e escravizados, o autor percebeu outras contradições, que se dava pelo interesse distinto de lavradores pobres e senhores de engenho, de plantadores e mercadores locais e também entre os mercadores locais e os metropolitanos. Jacob Gorender expôs a diversidade de interesses de classes que podia haver no ambiente colonial. (Gorender, 1985, pp. 546-562)

Gorender afirmou que medida em que se gerava uma acumulação primitiva de capitais no interior da própria colônia, surgia igualmente uma classe composta por senhores-mercadores que se estabeleciam como comissários, tinham suas fazendas agrícolas, mas começavam a fazer dinheiro também com os fretes, importando produtos

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

do Atlântico e distribuindo-os a crédito no mercado interno, ou, também, obtendo as colheitas locais e reexportando a produção interna para lugares mais distantes. Isso resultou em uma mudança no padrão de acumulação colonial em finais do século XVIII, resultante do aumento do mercado interno. À medida que o processo colonizador avançava, Jacob Gorender ressaltou a possibilidade de acumulação endógena, não tanto somente pela classe senhorial na venda dos produtos agrícolas destinados à exportação, mas, também, pelos mercadores locais, que estavam interessados no processo de redistribuição das mercadorias encontradas no interior da colônia. Esse sistema dava origem a uma série de senhores-mercadores, geralmente comissários, que passaram a controlar as atividades mercantis no interior da própria colônia. (Gorender, 1985, pp. 513-522).

Nesse sentido, a principal mercadoria importada para ampliação da produção colonial, a mão de obra escrava, em conjunturas de brusca expansão e de montagem das unidades produtoras, representava um importante mecanismo de acumulação interna, através do financiamento e distribuição dos escravos a crédito a regiões mais distantes dos grandes centros de desembarque da mercadoria escrava e que dava acesso privilegiado ao fruto das plantações futuras das lavouras do interior, que saldavam as dívidas com esses comissários. (Gorender, 1985, pp. 539-545)

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira Silva trataram da problemática da produção de agrícola de alimentos na economia colonial. A historiografia, de acordo com esses autores, elaborou até então, um quadro do período, em que se criou a noção de que o território litorâneo esteve caracterizado por um sistema econômico em sua grande parte composto por grandes unidades produtoras especializadas no mono cultivo de mercadorias agrícolas, destinadas ao mercado atlântico, sendo produzidas majoritariamente por mão de obra escrava. No âmbito desses estudos, a agricultura produtora de alimentos, no conjunto da economia colonial, teve sempre um papel secundário e subordinado à produção de maior valor, a destinada à exportação. (Linhares e Silva, 1981, pp. 108-109)

Neste quadro, a produção de alimentos foi vista quase sempre como de menor importância, sendo realizada no interior das grandes plantações, em espaços adquiridos pelos escravos por direito consuetudinário, como, por exemplo, por meio da "brecha camponesa", além de ser fruto do trabalho realizado por lavradores pobres, agregados, vinculados à propriedade e subordinados diretamente aos senhores de engenhos e que

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

tinham a obrigação de destinar suas roças a determinado senhor ou, ainda, podia ser resultado do trabalho dos pequenos e médios produtores, agricultores livres, ainda que contassem em algumas exceções com o uso do trabalho escravo, que complementava o trabalho familiar no interior dessas unidades. (Linhares e Silva, 1981, p. 135)

Alcir Lenharo identificou o desenvolvimento, no sul de Minas, de uma economia mercantil de alimentos baseada no trabalho escravo voltada ao abastecimento do Rio de Janeiro, que adquiriu proporções ainda maiores a partir de 1808, com a transferência da Corte para o Brasil e o aumento populacional decorrente da abertura dos portos, que aumentou consideravelmente a demanda por gêneros de primeira necessidade no mercado interno colonial. (Lenharo, 1993, primeira edição 1979, p.33-42)

Este momento, segundo o autor, foi favorável ao desenvolvimento da produção agrícola alimentar, ainda mais por conta das sucessivas crises de abastecimento decorrentes do aumento populacional e do acúmulo de serviços pelo mercado carioca, o aumento do mercado interno colonial e a projeção social de diversos comerciantes ligados a esse comércio. Entre 1808 e 1850, época de expansão da exportação de açúcar no Rio de Janeiro e posterior expansão da cafeicultura no Sudeste, essas regiões formadas por uma maioria de unidades produtoras escravistas voltadas à exportação, mantiveram com locais mais distantes, um intenso intercâmbio mercantil, incentivado e regulamentado pela Coroa portuguesa, no intuito de promover os meios da integração das unidades agrícolas do sudeste-sul, para garantir o abastecimento interno e evitar crises decorrentes da falta de alimentos disponíveis na região da baía de Guanabara. (Lenharo, 1993, primeira edição 1979, p.33-42)

Esse conjunto de historiadores serviu de inspiração para João Luís Ribeiro Fragoso, quando em *Homens de grossa aventura* criticou a lógica externa do modo de funcionamento da economia colonial brasileira feita por Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais, propondo um novo esquema interpretativo para dar conta do passado colonial brasileiro. (Fragoso, 1998)

Sua tese defendida em *Homens de Grossa Aventura* foi mais tarde sintetizada na obra conjunta com Manolo Florentino. Os autores do *Arcaísmo como projeto* consideraram que na colônia havia um mosaico de formas não capitalistas de produção (leia-se não assalariadas) ligadas ao capitalismo mundial. Baseado em autores portugueses como Vitor Magalhães Godinho, António Manuel Hespanha e Nuno Gonçalo Monteiro, esses autores enfatizaram o caráter parasitário da monarquia portuguesa, com

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

seus gastos muito maiores para aquisição de títulos de nobreza, para manter a aparência da nobiliarquia, a pompa aristocrática, do que para realizar a acumulação de capital. Nesse estudo, manter o caráter parasitário da monarquia portuguesa e não mais a acumulação de capital passou a atribuir sentido à colonização do Brasil, pois a economia colonial estava caracterizada, para além da política econômica, por aquilo que chamaram de "ideal aristocrático", "que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados." (Fragoso & Florentino, p. 21), reforçando a reiteração da diferenciação social e do caráter excludente da colonização, que se dava pelo domínio de uns sobre outros e pela ascendência na hierarquia social, passando à aristocracia, topo da estratificação.

Dentro da lógica do "ideal aristocratizante" da sociedade colonial, esses autores afirmaram que ser senhor de engenho era um *status* almejado por muitos e esteve no horizonte de expectativa de todos aqueles que pretendiam enriquecer explorando a agricultura no empreendimento da colonização. Nesse sentido, a posse de escravos foi um fator preponderante para ampliar o poder de mando desses sujeitos e para poderem ascender ao mesmo tempo na hierarquia social do Antigo Regime, fato que reiterava continuamente o caráter arcaico e não-capitalista do processo produtivo.

Ao deslocarem o foco da política econômica dos países ibéricos para a economia política da escravidão, João Fragoso e Manolo Florentino demonstraram o caráter dinâmico do mercado interno em finais do século XVIII e início do XIX, explicando este fato como resultado da pretensão aristocrata das elites locais, o que impulsionava a economia como um todo, aumentando a demanda por mais escravos, pois até os pequenos e médios proprietários sonhavam um dia em poder ampliar suas posses, adquirir mais terras, engenhos e escravos. A ideologia arcaizante ajudava a impulsionar a economia colonial mesmo nas condições mais adversas.

Esses autores argumentaram que a montagem das unidades escravistas no início do século XIX não acompanhou o ritmo de desenvolvimento do mercado externo, pois ao passo que os preços do açúcar e do café caíam no mercado internacional, no exato momento de uma contração econômica mundial que situam dentro de um "ciclo de Kondratieff" (1815-1850), o desembarque da produção agrícola era, em contrapartida, intensificado no porto do Rio de Janeiro, ao passo que se aumentava também a importação de mais escravos africanos para trabalharem nas lavouras do interior da colônia.

Os escravos importados nesse período, ao invés de serem destinados majoritariamente para a formação e ampliação dos complexos escravistas voltados à

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

exportação, eram redistribuídos, no entanto, para o interior, desde Minas Gerais, local em que se formou uma economia mercantil de subsistência baseada no trabalho escravo, até outras regiões como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e para demais portos do nordeste brasileiro. Tais regiões interioranas aumentaram suas produções ligadas a pecuária e a agricultura, como o charque e a farinha de mandioca. O aumento da escravidão na colônia como um todo possibilitou no início do século XIX o crescimento do mercado interno de alimentos, com a redistribuição dos escravos para trabalharem nessas lavouras e o aumento dessa produção, gerando um importante mecanismo de acumulação endógena. (Fragoso e Florentino, 2001, pp. 148-159)

Concluem João Fragoso e Manoel Florentino que o processo de redistribuição das mercadorias no interior da colônia não esteve controlado pelos mercadores metropolitanos, mas por mercadores residentes no Rio de Janeiro, os quais ocupavam posição de destaque também no comércio bilateral entre África e o Brasil e que forneciam a crédito, pelas vias do “capital-mercantil-residente” (concentrado no Rio de Janeiro) a interiorização das mercadorias vindas do Atlântico. O período da virada do século XVIII para o XIX coincidia, portanto, com a formação de uma nova elite econômica na colônia, constituída não mais pelos grandes senhores de engenhos, mas por comerciantes residentes com seus interesses em torno do processo de redistribuição das mercadorias que chegavam ao porto do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a mão de obra escrava tinha demanda certa. Era um domínio necessário para distinção na estratificação social.

Bert Barickman em *Contraponto Baiano* demonstrou que a agricultura de exportação não dominava todo o litoral brasileiro e que para abastecer as regiões onde estavam concentrados os grandes complexos produtivos voltados à exportação da Bahia, os grandes proprietários de engenhos do Recôncavo baiano mantiveram com regiões produtoras de alimentos extensas redes de comércio com a finalidade de abastecer suas unidades de produção. (Barickman, 2003)

Barickman contestou a visão de que a produção de alimentos, por ter supostamente se dado majoritariamente ao nível da subsistência no interior das grandes plantações, era incapaz, ou mesmo muito raro, de se desenvolver unidades especializadas na produção de alimentos suficientes grandes para serem capazes de sustentar uma oferta contínua desses produtos no mercado colonial, necessária para garantir e impulsionar o nível da subsistência dos escravos das grandes plantações e, conseqüentemente, elevar o ritmo da exportação. (Barickman, 2003)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Nesse sentido, o autor enfatizou que o uso da escravidão não impediu a formação de um mercado interno estável, como pressupunham alguns autores. Na Bahia, as produções mais distantes de Salvador, estiveram compostas por uma centena de pequenos e médios produtores, que possuíam geralmente entre 5 a 20 escravos e que produziam excedentes substanciais de farinha de mandioca para atender a demanda dos grandes complexos produtivos destinados ao mercado Atlântico. Tais atividades eram indispensáveis para o crescimento e expansão da economia regional agroexportadora. (Barickman, 2003, p. 239)

Os estudos mais recentes têm demonstrado o aumento do dinamismo do mercado interno colonial em finais do século XVIII e início do XIX.

O aumento do tráfico de escravos e sua redistribuição no interior da colônia dinamizaram áreas internas distantes dos grandes complexos agroexportadores. A redistribuição dos escravos pelo interior da colônia contribuía para a dinamização econômica de regiões periféricas, que passavam a se integrar aos circuitos da economia atlântica importando mais escravos para compor as unidades produtoras locais.

A virada do século XVIII para o XIX presenciou a expansão da economia colonial. A ampliação do escravismo no interior da colônia ofereceu oportunidade de crescimento das economias e riquezas locais, na medida em que passavam a se integrar a economia atlântica, com a inserção da produção agrícola local no mercado, impulsionada pelo aumento do uso da escravidão nessas unidades. Resta agora entender como a produção agrícola realizada em Santa Catarina foi vista pela historiografia.

SANTA CATARINA EM PERSPECTIVA

De acordo com Caio Prado Júnior, em regiões como o Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul a produção esteve organizada de um modo distinto daquelas existentes nas colônias de exploração. Nesses locais havia, sobretudo, uma produção mais voltada à subsistência da população colonial, organizada com base na mão de obra camponesa, livre e pobre, pois como a distância dos grandes centros agroexportadores encarecia o preço dos fretes nessas regiões, inviabilizava, portanto, a importação da mão de obra escrava e dificultava também o escoamento da produção de artigos destinados ao mercado atlântico. Essas regiões especializavam-se, assim, no cultivo de outras mercadorias, destinadas ao mercado interno, fornecendo alimentos que asseguravam a

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

subsistência da região e a expansão da agricultura de exportação em fases específicas da economia colonial.

Por conta da impossibilidade das unidades produtivas destinadas ao mercado atlântico em aumentar a produção de alimentos no seu interior, parando a produção de maior valor, preferiam, então, os senhores, comprar a subsistência dos escravos no mercado interno. Tal prática teve como consequência o surgimento na colônia de um tipo de produção especializada na produção voltada ao abastecimento cuja organização do trabalho variava, podendo, até mesmo, ser compostas por unidades escravistas voltadas ao abastecimento.

No entanto, Caio Prado Júnior afirmou que raramente se encontravam lavouras desta natureza. Em geral, a mão de obra dessas unidades não estava composta por escravos. Na maior parte dos casos, tal tipo de produção devia acontecer com base na exploração do trabalho familiar do próprio lavrador, que às vezes contava com o auxílio de um ou outro escravo para dar conta dessas atividades. Em nenhuma das colônias de povoamento, exceto "em pequenas porções do Espírito Santo e São Paulo, instalou-se a grande lavoura", voltada à produção de alimentos. Somente nessas capitanias e a de Minas Gerais, após ter passado o auge do período do extrativismo aurífero, teriam sido capazes de manter em funcionamento grandes unidades produtoras de alimentos voltadas ao mercado interno. (Prado Júnior, 1972, p. 161)

A agricultura que se praticava em Santa Catarina seria, em suas palavras, "rudimentar", contribuindo para o mercado em pequenas proporções e em raríssimas exceções, somente em conjunturas específicas. Afirmava que em Santa Catarina "a pequena propriedade domina inteiramente, o escravo é muito raro, a população etnicamente homogênea." (Prado Júnior, 1972, p. 92)

Celso Furtado ao tratar da pecuária no Rio Grande do Sul também enfatizou que o alto grau de especialização da economia açucareira induzia a especialização de outras regiões conectadas aos centros agroexportadores. Afirmou, nesse sentido, que "a própria produção de alimentos para os escravos, nas terras do engenho, tornava-se antieconômica nessas épocas" (Furtado, 2007, p. 93). Nessas situações, era quando economias como a de Santa Catarina tinham a possibilidade de entrar em franca expansão, como ocorreu com o Rio Grande, desde que importassem mais mão de obra, posto que a ocupação da grande quantidade de terras disponíveis para colonização possibilitava tal expansão.

Com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro e com o processo de abertura dos portos coloniais houve a partir de 1810 um mercado interno mais sólido, ocasionado pelo

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

aumento da demanda por alimentos na colônia. Nesse sentido, a Coroa portuguesa procurou incentivar um processo de integração do centro-sul capaz de dar conta do abastecimento do Rio de Janeiro. E, neste processo, "Santa Catarina contribuía com milho, feijão, arroz, trigo, cebola e farinha de mandioca" (Lenharo, 1993, p. 20). Na medida em que o Rio de Janeiro se consolidava como principal entreposto comercial do Sul Atlântico, as economias mais próximas tiveram uma excelente oportunidade de aumento das suas produções, momento em que a produção de Santa Catarina se inseriu com maior destaque no comércio interno.

Alguns pesquisadores que ampliaram o foco dos seus estudos sobre a história de Santa Catarina se utilizaram dos referenciais teóricos de Caio Prado Júnior e Celso Furtado para entender aspectos peculiares da economia local e a relação que havia dessa produção com o mercado colonial.

Foi o caso de Oswaldo Rodrigues Cabral que afirmou não ser possível encontrar em Santa Catarina o grande domínio agrícola, aquele que absorvia grande parte da mão de obra escrava e que movimentava a vida social ao seu entorno. A escassez de braço escravo em Santa Catarina, único fator capaz de impulsionar a agricultura local durante o início do século XIX, teria levado, inclusive, a decadência da produção local. Na medida em que o Rio de Janeiro vinha se consolidando com principal centro comercial do Atlântico Sul, Santa Catarina tão pouco assimilou os estímulos dados pela economia agroexportadora do Rio de Janeiro em ascensão. Nesse sentido, o escravo ainda era raramente empregado em Santa Catarina, sendo muito mais empregados nos serviços domésticos do que nas lavouras da região.⁸

Fernando Henrique Cardoso compartilhou da mesma visão. Mesmo admitindo a presença de alguns poucos escravos nas pequenas e médias unidades produtivas de Santa Catarina, os seus lavradores, em geral, eram muito pobres, camponeses que praticavam uma agricultura familiar. Afirmou que exceto na produção do óleo de baleia, onde a mão de obra escrava era a força produtiva majoritária, em todo o século XVIII, a agricultura

⁸ "O preto só foi empregado na lavoura em número restrito e o pequeno número de cativos existentes em Santa Catarina, comparado ao de outros pontos do país, era quase todo empregado nos serviços domésticos e no carregamento de barcos, ou, nestes mesmos, como tripulantes." CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, por solicitação da Secretaria de Educação e Cultura e do Plano Nacional de Educação, 1968, p. 86. E: "Não conheceu a terra catarinense a sociedade colonial que vicejou noutras paragens, o senhor de engenho abastado e poderoso, as senzalas repletas de escravos, a mestiçagem palpitando ao redor. O latifúndio não se converteu em grande domínio - e entrou, assim em decadência". CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Ibidem, p. 192.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

de abastecimento em Santa Catarina era geralmente executada por homens brancos, nas pequenas e médias unidades produtoras locais, fato que só começaria a mudar, lentamente, a partir de 1790, quando, citando Oswaldo Rodrigues Cabral, diz que, nesse período, muitos lavradores começaram a ganhar dinheiro com o cultivo da mandioca e os comerciantes locais a fazer fortuna com o comércio de redistribuição. Com o sucesso dessa produção, os lavradores foram substituindo o trabalho dos seus descendentes pelos escravos. (Cardoso, 2000, pp. 50-106)

Entretanto, citando uma passagem de Saint-Hilaire, Fernando Henrique Cardoso afirmou que a maior parte do trabalho escravo estava concentrada mesmo era nas atividades urbanas, pois a grande maioria dos lavradores utilizava muito mais a mão de obra familiar nas suas unidades de produção do que a escrava já que os custos dos fretes encareciam a importação dos africanos por esses lavradores pobres, que tinham sempre que economizarem muito para comprar alguns poucos escravos, fato que causava entrave para o aumento do escravismo e o deslanche da produção agrícola da região. (Cardoso, 2000, pp. 66-67)

O início do século XIX representava uma possibilidade de mudança econômica para a capitania de Santa Catarina dado o contexto da economia internacional, mas que acabou por não acontecer, ao menos para melhor, no sentido de mais integração.

Utilizando como fonte o livro de Oswaldo Cabral e um relatório de 1796 do governador da capitania João Alberto de Miranda Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso afirmou a ocorrência de uma decadência econômica em Santa Catarina na virada do século XVIII para o XIX, acentuada pela extinção do monopólio da pesca da baleia, que estruturava as economias de subsistência ao seu entorno, além de outros motivos relacionados à administração da capitania. Por conta disso, a integração mais efetiva de Santa Catarina com a economia mundial viria ocorrer somente na segunda metade do século XIX, com o aumento da exportação de farinha de mandioca para abastecer zonas de produção cafeeira no sudeste brasileiro. (Cardoso, 2000, 76-106)

Laura Machado Hübener trouxe importantes contribuições para o debate sobre a situação econômica de Santa Catarina na virada do século XVIII para o XIX, embora não tenha rompido com a visão da decadência econômica da região. A autora estava convencida de que Santa Catarina se integrou muito pouco ao mercado interno no início do século XIX, atingindo maior dinamismo somente na década de 1860, época que caracterizou como "miniboom" do comércio catarinense, quando a farinha de mandioca era exportada para abastecer os cafezais do sudeste. No entanto, diferentemente de

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Fernando Henrique Cardoso e Oswaldo Cabral, que acreditavam ser a escravidão local um fenômeno essencialmente urbano, Hübener enfatizou a grande quantidade de farinha de mandioca produzida na região e de outros produtos agrícolas.

A autora explica que se havia uma variedade de serviços urbanos ligados ao porto de Desterro, isso se dava em razão do fluxo de mercadorias agrícolas produzidas nas regiões litorâneas mais próximas e que eram escoadas pelo porto. No entanto, as características peculiares da economia local de Santa Catarina seguiram com a ênfase na distinta exploração econômica dessa região, que não estava baseada na grande propriedade, no trabalho escravo e na economia de exportação. (Hübener, 1981, p. 43-79)

Augusto da Silva também reproduziu o discurso da decadência de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XIX, com a ressalva de que o termo "decadência" seria impróprio para caracterizar o período, pois a noção de decadência logo pressupõe a ideia de um tempo passado glorioso de acumulação de riqueza e prosperidade econômica, o que acredita não ter acontecido na história de Santa Catarina antes da metade do século. Para asseverar sua afirmação de que Santa Catarina não teria absorvido os estímulos do período, baseou-se em Oswaldo R. Cabral de quem tira a justificativa de que os colonos açorianos eram incapazes de promover uma agricultura de exportação, por não estarem acostumados no trato com a lavoura e por carecerem de recursos financeiros para expandirem seus meios de produção, aumentando a posse de escravos em suas plantações; além de citar Cabral, também cita Fernando Henrique Cardoso, para dizer que o recrutamento forçado dos lavradores para comporem as tropas reduziu substancialmente a mão de obra na produção local de alimentos; e também cita o relatório de João Alberto de Miranda Ribeiro que explicou ao Vice-Rei sobre as dificuldades encontradas para o progresso da produção local. (Silva, 2013, pp. 187-190)

Augusto da Silva também reafirmou o sentido distinto da colonização de Santa Catarina. Entretanto, caracterizou essa produção como um fenômeno que não apenas ligava Santa Catarina ao mercado interno colonial, mas como um dos pólos das conexões atlânticas que servia de base fornecedora de alimentos para realização de uma acumulação de capital que era muito mais ampla. (Silva, 2013, p. 151)

O porto de Desterro, segundo o autor, funcionava desde meados do século XVIII como um importante ponto de reabastecimento das embarcações que viajavam pelo Atlântico, entre a Europa e o Rio da Prata, até mesmo para os que chegavam da região platina com a prata peruana e seguiam para realizarem novos lucros, trocando alguma

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

prata por alimentos. A posição privilegiada do porto de Desterro possibilitava uma boa ancoragem para as embarcações fazerem aguada e a agricultura local de alimentos possibilitou repor os mantimentos dos marujos que faziam as travessias do Atlântico, e, portanto, a capitania também se inseriu diretamente na economia mundial por intermédio de sua produção agrícola.

Beatriz Mamigonian afirmou que a perspectiva do "sentido da colonização" acabou cristalizando o fato de que por não ter havido grandes unidades agrícolas destinadas ao mercado atlântico, os "poucos escravos [em Santa Catarina] teriam servido como apoio à produção de alimentos para o abastecimento, e sido elementos de distinção social, predominantemente domésticos e urbanos". (Mamigonian, 2006, p. 615) O uso dessa escola em parte da historiografia de Santa Catarina resultou em uma análise do passado da região que caracterizou o seu processo de colonização como sendo formado por europeus, onde o trabalho escravo e a grande produção eram de pouca monta e incompatíveis com as qualidades locais que particularizavam Santa Catarina na economia colonial.

Mas se alguns autores afirmaram que a escravidão em Santa Catarina era predominantemente doméstica e urbana, os dados para o início do século XIX mostram o contrário: o núcleo urbano de Desterro era diminuto e sua região portuária tinha como principal atividade urbana a prestação de serviços que se dava em torno do "escoamento da importante produção de farinha de mandioca, açúcar, aguardente e outros produtos das freguesias rurais da Ilha e do continente adjacente." (Mamigonian, 2006, p. 616) A autora supõe ainda que a farinha produzida em Santa Catarina não se destinava somente ao consumo colonial, mas fosse capaz de abastecer os navios negreiros que navegavam pelo Atlântico ou mesmo que a cachaça produzida no local servisse como mercadoria de troca para aquisição de escravos em Angola. (Mamigonian, 2006, p. 622)

A coletânea *História Diversa* trouxe contribuições importantes de pesquisas realizadas sob a orientação de professores do grupo de pesquisa de História Social do Trabalho e Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina com a apresentação de novos indícios para se entender a presença africana e outros aspectos da economia local no início do século XIX. (Mamigonian e Vidal, 2013, pp. 9-14)

Em *Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina*, Beatriz Mamigonian e Vitor Hugo Bastos afirmaram que os mapas populacionais levantados pelas autoridades da capitania demonstram que de 1796 até 1814, o número de escravos em Santa Catarina aumentou em quase 40% e que "ao que parece, à medida que a Ilha de

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Santa Catarina foi se integrando a esse circuito comercial de gêneros de abastecimento, a população escrava foi se ampliando". (Mamigonian e Cardoso, p. 25)

No mesmo livro, Ana Carla Bastos em capítulo intitulado *Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição* sugeriu que os escravos africanos foram importados nesta freguesia desde pelo menos o início do século XIX, quando novos batizados de africanos apareceram nos livros da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, na costa leste da Ilha de Santa Catarina, sinal claro da importação de novos escravos africanos para a economia local. Sendo a compra desses escravos feita no porto do Rio de Janeiro, sugere que os pequenos e médios proprietários da Lagoa puderam se "beneficiar da intensificação do comércio deste porto com a costa africana", importando mais escravos pelas vias da navegação de cabotagem. (Bastos, 2013, p. 80)

Fernanda Zimmermann, que também participou da coletânea acima, demonstrou que a produção de farinha de mandioca realizada na freguesia de São Miguel da Terra Firme, situada em frente à costa oeste da Ilha de Santa Catarina, aconteceu com base na exploração do trabalho escravo no interior desses engenhos. (Zimmermann, 2011)

Em sua análise da economia local, foi após a decadência das armações baleeiras do litoral que a produção de alimentos com mão de obra escrava passou a se estruturar voltada à demanda crescente por alimentos no início do século XIX, momento em que as pequenas e médias unidades produtoras locais expandiram sua produção e a escravidão no interior dessas plantações. Baseada nos estudos de João Fragoso, Manolo Florentino, Bert Barickman e Robert Slenes, a autora propõe que a utilização do trabalho escravo pelos lavradores locais, mesmo sendo de pouca monta, permitiu a acumulação de pequenas fortunas em São Miguel da Terra Firme, o que dava os tons da diferenciação social entre livres, libertos e escravos. (Zimmermann, 2011)

NOTAS PRELIMINARES

Os estudos sobre a história da agricultura do Brasil Colonial elaborados na primeira metade do século XX afirmaram que Santa Catarina teve um sentido distinto no processo de colonização.

Nesses estudos, não havia espaço para a grande propriedade rural voltada à exportação e que funcionava com base no trabalho escravo. Em seu lugar, estava uma produção voltada à subsistência da população colonial, realizada em sua grande parte por

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

camponeses e lavradores pobres em pequenas e médias unidades produtivas que funcionavam com base na mão de obra familiar.

Santa Catarina foi vista como parte de uma região que funcionava para guarnecer o território da conquista e garantir o domínio sobre o funcionamento do empreendimento da colonização: a super exploração do trabalho escravo em grandes unidades agrícolas que funcionavam voltadas ao mercado Atlântico. Mas a produção local não funcionava dentro desse molde, ou melhor, funcionava nesse modelo como uma peça distinta da engrenagem de acumulação de capital. Nesse sentido, alguns autores ressaltaram o caráter reduzido das unidades locais de produção, o baixo índice da escravidão nessas lavouras e sua parca ligação com o mercado mundial, além de desconsiderarem a produção interna voltada ao mercado de alimentos que imaginavam ser muito reduzida.

Alguns estudos consideraram que a economia local se conectou mais efetivamente a economia mundial, mas somente em 1860, época da expansão da economia cafeeira no sudeste brasileiro.

No entanto, os estudos mais recentes têm demonstrado que a região de Santa Catarina esteve conectada com a economia atlântica desde pelo menos o início do século XVIII, o que causou mudanças significativas no modo de organização da sociedade local. A dinamização do comércio de escravos em escala global, a distribuição e interiorização do escravismo nos ambientes coloniais, o aumento da população colonial, proporcionaram condições para expansão da economia agrícola da região desde pelo menos a década de 1790.

Santa Catarina atravessou a virada do século XVIII para o XIX, período de reordenamento da economia mundial, e, ao que parece, passou também por um reordenamento em seu processo produtivo. Com o aumento da exploração do trabalho escravo nas unidades produtoras locais, houve também o aumento de produções agrícolas destinadas ao mercado de alimentos, que ajudaram a compor as fortunas das redes ligadas a agricultura local. O aumento da exploração do trabalho escravo na região no início do século XIX possibilitou a acumulação de riquezas por uma série de sujeitos, mercadores comissários das mercadorias locais, fornecedores de escravos que faziam fortuna com o preço dos fretes, fornecendo as mercadorias importadas a crédito aos lavradores, que também tiveram a possibilidade de ampliar suas riquezas aumentando as áreas cultivadas e a exploração do trabalho escravo em suas unidades de produção.

Resta agora entender a intensidade da integração econômica da região ao mercado mundial no início do século XIX e os reflexos causados na economia local. A

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

historiografia sugere que na medida em que o escravismo foi se ampliando no interior da colônia houve uma ampliação, interiorização e diversificação da produção agrícola colonial.

Bibliografia:

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1790-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDAL, Joseane Zimmermann. *História Diversa. Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, pp. 69-84.

CABRAL, Oswaldo R. *Santa Catarina: história - evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, por solicitação da Secretaria de Educação e Cultura e do Plano Nacional de Educação, 1968.

CARDOSO, Ciro F. S. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Cuadernos de Passado y Presente, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

FRAGOSO, João et. al. (organizadores). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura. Acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790 – 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: [1ª ed. 1959]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. [1ª ed. 1978]. 4ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1985.

HÜBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. [primeira edição, 1979] São Paulo: Símbolo, 1993.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850) In: FRAGOSO, João et. al. (organizadores). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: ICT, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDAL, Joseane Zimmermann. *História Diversa. Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDAL, Joseane Zimmermann. *História Diversa. Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, pp. 17-42

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. [primeira edição 1979] São Paulo: HUCITEC, 1986

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. [1ª ed. 1942]. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972,

SILVA, Augusto da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1807)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500/1820*; curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. [1ª ed. 1937]. 8ª ed. São Paulo: editora Nacional, 1978.

ZIMMERMANN, Fernanda. *De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.